

PORTARIA N.º 1097/2021-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012, R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº111660/2021 conforme abaixo relacionado:

NOME: PEDRO GLEUCIANO FARIAS MOREIRA

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRACAO - AUD-B-III

MATRÍCULA: 999.916

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): Rio de Janeiro/RJ

PERÍODO(S): 26/05/2021 - 28/05/2021

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (dois e meia) diária(s)

FINALIDADE: Levantamento de informações

ORDENADOR(A) DA DESPESA: Cesar Bechara Nader Mattar Junior

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

BELÉM/PA, 13 de Maio de 2021.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA N.º 1098/2021-MP/PGJ

A DIRETORIA DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº4206/2012-MP/PGJ, de 19/09/2012, publicada no D.O.E. de 1/10/2012, R E S O L V E:

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº111704/2021 conforme abaixo relacionado:

NOME: ALEXANDRA SOUZA DA SILVA

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRACAO - AUD-B-I

MATRÍCULA: 999.1635

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 ORIGEM: Belém - PA

DESTINO(S): Rio de Janeiro/RJ

PERÍODO(S): 26/05/2021 - 28/05/2021

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 2 e 1/2 (dois e meia) diária(s)

FINALIDADE: Levantamento de informações

ORDENADOR(A) DA DESPESA: Cesar Bechara Nader Mattar Junior

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

BELÉM/PA, 13 de Maio de 2021.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Protocolo: 656390

OUTRAS MATÉRIAS**PORTARIA N.º 1.100/2021-MP/PGJ**

Institui a Comissão de Retorno ao Trabalho Presencial no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições previstas no art. 2º, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e tendo em vista a necessidade de se assegurar condições para a continuidade de suas atividades, compatibilizando-as com a preservação da saúde de membros, servidores, estagiários, colaboradores e usuários em geral;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer novas diretrizes para o funcionamento e a prestação dos serviços pelo Ministério Público Estadual, de forma gradual, a fim de assegurar a efetividade no atendimento à sociedade paraense e de minimizar o risco de transmissão do COVID-19;

CONSIDERANDO que em decorrência da publicação da PORTARIA nº 188/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União de 04/02/2020, que "Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)", em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), o Ministério Público do Estado do Pará editou o Ato Conjunto nº 001/2020-MP-PGJ-CGMP, publicado no Diário Oficial do Estado de 20/03/2020, determinando a suspensão do expediente presencial do Parquet paraense;

CONSIDERANDO que o retorno ao trabalho presencial regular deverá ocorrer brevemente, impõe-se, neste momento, a realização de estudo e planejamento para que a retomada dessas atividades, ao fim da quarentena, possa ocorrer após a análise dos riscos e com a adoção de medidas de aspecto sanitário e de educação comportamental de membros, servidores, estagiários, terceirizados e do público em geral,

RESOLVE:

Art. 1º Criar, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a COMISSÃO DE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL, vinculada à Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área Técnico- Administrativa.

Art. 2º A COMISSÃO DE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL será coordenada pela Subprocuradoria-Geral de Justiça para a área Técnico-Administrativa e será composta pelos servidores efetivos:

I - CARLOS ANDERSON CORREA SILVA - COGEPE

II - DANIELA SANTOS BARATA OLIVEIRA - DEPARTAMENTO MÉDICO-ODONTOLÓGICO

III - RICARDO DE ARAÚJO MOURA - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

IV - MÁRCIA MARIA MORAES DA COSTA - DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO

V - ROSE ANNE CAMPELO DO NASCIMENTO - COGEPE

VI - PAULO SÉRGIO DOS SANTOS COSTA - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º Competirá à COMISSÃO DE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL elaborar documento institucional com orientações técnicas que visem a retomada segura do retorno das atividades presenciais do MPPA, contendo:

I - proposição de iniciativas voltadas à criação de mecanismos de sensibilização e disseminação de informações de medidas preventivas ao combate do Coronavírus;

II - sugestões para adoção de medidas e soluções das atividades e serviços afetados após o retorno presencial das atividades ministeriais;

III - classificação das áreas impactadas pela pandemia conforme nível de risco ou a identificação dos riscos prioritários;

IV - apresentação de propostas para mitigar ou minimizar os impactos da pandemia em relação às áreas atingidas;

V - apresentação de propostas de mudanças de hábitos e/ou rotinas no ambiente laboral visando evitar e/ou minimizar a propagação do novo Coronavírus;

VI - apresentação de propostas para a aquisição de insumos e realização de obras e/ou adaptações nos prédios que visem evitar e/ou minimizar a propagação do novo Coronavírus;

VII - apresentação de sugestão de atividades positivas que impactem diretamente ou indiretamente na saúde social, física, mental e emocional dos integrantes do Ministério Público e de seus colaboradores;

VIII - apresentação de sugestão de divulgação de informações educativas de prevenção e de orientações de medidas relacionadas ao enfrentamento do Coronavírus;

IX - apresentação dos impactos orçamentário e financeiros decorrentes das ações a serem propostas para o retorno seguro das atividades presenciais. Art. 4º O documento previsto no art. 3º deverá ser encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça para apreciação e, se for o caso, validação, veiculação e execução no âmbito institucional.

Art. 5º A Supervisão Administrativa dos Centros de Apoio Operacional prestará apoio técnico-operacional à COMISSÃO DE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL, uma vez que participa de ações no âmbito do MPPA voltadas ao enfrentamento do COVID-19.

Art. 6º A COMISSÃO DE RETORNO AO TRABALHO PRESENCIAL, sempre que necessário, articulará junto à Assessoria de Planejamento (ASPLAN), Comissão de Controle Interno, Atividade de Licitações e Contratos e Assessoria de Comunicação, a fim de viabilizar a consecução de seu objetivo institucional.

Art. 7º Os casos omissos serão decididos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 8º Revoga-se a PORTARIA n.º 1.822/2020-MP/PGJ.

Art. 9º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, em Belém, 14 de maio de 2021.

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº. 1.101/2021-MP/PGJ

Aprava as alterações no Plano de Retorno do Trabalho Presencial (PRTP), com o objetivo de garantir, de forma segura, o retorno das atividades presenciais, mediante um conjunto de ações orientadas à prevenção, minimização ou eliminação de risco de contágio e propagação novo Coronavírus, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições legais e com fundamento no artigo 18, XXV, da Lei Complementar nº 57/2006;

CONSIDERANDO a PORTARIA nº 188/GM/MS, publicada no Diário Oficial da União em 4 de fevereiro de 2020, que declara emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a declaração da Organização Mundial da Saúde no dia 11 de março de 2020 caracterizando o surto do novo coronavírus como pandemia, com prospecção do aumento de casos, inclusive, com risco de vida em diferentes países afetados;

CONSIDERANDO a natureza essencial da atividade prestada pelo Ministério Público e a necessidade de se assegurarem condições mínimas para a sua continuidade, compatibilizando-a com a preservação da vida e saúde de seus integrantes e dos usuários dos seus serviços;

CONSIDERANDO a classificação dos municípios do Estado do Pará em zonas de risco a que se refere o art. 2º do Decreto Estadual nº. 800, de 31/05/2020, que consiste nas bandeiras preta (Zona 00, contaminação aguda ou lockdown), vermelha (Zona 01, alerta máximo) laranja (controle I), amarela (controle II), verde (abertura parcial) e azul (novo normal);

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 214, de 15 de junho de 2020, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estabelece, no âmbito do Ministério Público medidas para retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus - Covid-19;

CONSIDERANDO a classificação dos municípios do Estado do Pará em zonas de risco a que se refere o art. 2º do Decreto Estadual nº. 800, de 31/05/2020, que consiste nas bandeiras preta (Zona 00, contaminação aguda ou lockdown), vermelha (Zona 01, alerta máximo) laranja (controle I), amarela (controle II), verde (abertura parcial) e azul (novo normal);

CONSIDERANDO o notório avanço do cumprimento do Plano Nacional de Imunização e do Plano Paraense de Vacinação, por meio dos quais já foi disponibilizada à população com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos a aplicação da vacina adsorvida covid-19 (inativada) CORONAVAC/BUTANTAN e da vacina covid-19 (recombinante) OXFORD/ASTRAZENECA/FIOCRUZ/PFIZER;

CONSIDERANDO o transcurso de mais de 1 (um) ano do estado de pandemia da COVID-19 que permitiu a comunidade médica e científica maior conhecimento sobre as formas de transmissão e tratamento da moléstia;

CONSIDERANDO a "Nota informativa sobre os grupos prioritários para vacinação contra a COVID-19, segundo critérios de comorbidades" divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde; e

CONSIDERANDO os boletins epidemiológicos emitidos pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará, os quais noticiam redução no número de óbitos confirmados em razão da COVID-19, além da redução na curva de novos casos,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar o Plano de Retorno ao Trabalho Presencial – versão MAIO-2021 (PRTP/MAIO-2021), cujas disposições deverão ser rigorosamente observadas por membros, servidores, estagiários, colaboradores e militares com atuação neste órgão ministerial.

Art. 2º As disposições do PRTP/MAIO-2021 poderão ter sua eficácia gradualmente suspensa por ocasião das mudanças de bandeiramento (classificação por zona de risco) dos municípios paraenses, conforme ato da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 3º Ficam revogadas as autorizações de teletrabalho obrigatório expedidas até a data de publicação desta PORTARIA, facultando-se aos membros, servidores e estagiários a realização de novo requerimento de acordo com as disposições do PRTP/MAIO-2021.

Art. 4º Os casos omissos serão dirimidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a PORTARIA nº 1.910/2020-MP/PGJ.

Art. 6º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 14 de maio de 2021.

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 1.102/2021-MP/PGJ

Dispõe sobre as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), no âmbito do MPPA, nos municípios integrantes da zona de bandeiramento amarela (zona 03 - controle II), nos termos do Decreto Estadual nº. 800, de 31 de maio de 2020.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições legais e com fundamento no art. 18, XXV, da Lei Complementar nº 57/2006;

CONSIDERANDO o caráter essencial e permanente das atividades do Ministério Público, que demanda a continuidade do cumprimento de sua missão constitucional de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sobretudo no contexto da pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 210, de 14 de abril de 2020, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que uniformizou no âmbito do Ministério Público da União e nos Ministérios Públicos dos Estados, as medidas de prevenção à propagação do contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) e de resguardo à continuidade do serviço público prestado nas unidades e ramos ministeriais do país;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº. 214, de 15 de junho de 2020, do Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre medidas para retomada dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA nº. 1.101/2021-MP/PGJ, de 14 de maio de 2021 que mantém e aprova as alterações no Plano de Retorno ao Trabalho Presencial do MPPA – PRTP (versão maio/2021);

CONSIDERANDO o notório avanço do cumprimento do Plano Nacional de Imunização e do Plano Paraense de Vacinação, por meio dos quais já foi disponibilizada à população com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

CONSIDERANDO a classificação dos municípios do Estado do Pará em zonas de risco a que se refere o art. 2º do Decreto Estadual nº. 800, de 31/05/2020, que consiste nas bandeiras preta (Zona 00, contaminação aguda ou lockdown), vermelha (Zona 01, alerta máximo) laranja (controle I), amarela (controle II), verde (abertura parcial) e azul (novo normal);

CONSIDERANDO o notório avanço do cumprimento do Plano Nacional de Imunização e do Plano Paraense de Vacinação, por meio dos quais já foi disponibilizada à população com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;

CONSIDERANDO a "Nota informativa sobre os grupos prioritários para vacinação contra a COVID-19, segundo critérios de comorbidades" divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde; e

CONSIDERANDO os boletins epidemiológicos emitidos pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Pará, os quais noticiam redução no número de óbitos confirmados em razão da COVID-19, além da redução na curva de novos casos,

R E S O L V E:

Art. 1º Dispõe sobre a complementação das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, nos municípios integrantes da zona de bandeiramento amarelo (zona 03 - controle II), nos termos do Decreto Estadual nº. 800, de 31 de maio de 2020.

Art. 2º Nos municípios a que se refere o artigo anterior, as atividades do Ministério Público retornarão gradualmente à forma presencial, observando-se as regras de distanciamento social e medidas sanitárias e de biossegurança estipuladas pelo Plano de Retorno ao Trabalho Presencial do MPPA (versão maio/2021), e, também, o seguinte:

I – retorno ao horário normal de trabalho, por meio de escala de rodízio de servidores e estagiários elaborada pela Coordenação do órgão de execução ou chefia da respectiva unidade, de modo suficiente a assegurar a continuidade dos serviços, com, no mínimo, 50% dos usuários internos de cada unidade, sem prejuízo do teletrabalho dos demais servidores não escalados para atendimento presencial;

II - Funcionamento do Departamento Médico e Odontológico (DMO) no horário das 8h às 17h sem as restrições constantes dos itens 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7 e 6.1.8 do PRTP (versão maio/2021).

III – retorno ao atendimento externo na forma presencial, no horário das 8h às 14h, ressalvados os casos em que o atendimento remoto supra as necessidades do usuário externo;

IV – os atos extrajudiciais que exijam a presença física de membros, servidores e usuários externos, tais como audiências, inspeções, perícias, entre outros, somente serão realizados de forma presencial quando da impossibilidade de sua realização por meios remotos, e desde que o cumprimento do ato não

resulte em aglomeração de pessoas ou reuniões em ambientes fechados, nem exponham membros e servidores a situações de provável risco;

V – o comparecimento aos atos judiciais presenciais ocorrerá de acordo com as diretrizes do art. 4º, incisos I a III, e do art. 5º, incisos IV e V, da Resolução nº. 214, de 15 de junho de 2020, do Conselho Nacional do Ministério Público;

VI – nos finais de semana, feriados e demais dias não-úteis, o atendimento ministerial se dará em regime de plantão institucional, que será realizado de forma presencial.

1º Ficam excluídos do plantão membros e servidores que estejam em teletrabalho obrigatório, nos termos do PRTP (versão maio/2021), cabendo às Coordenações e unidade Gestão de Plantão adequação das escalas.

2º A jornada de trabalho do servidor poderá ser flexibilizada, até a data limite de 30/06/2021 e a critério da Chefia Imediata, em solicitação direcionada ao Departamento de Recursos Humanos.

3º Os detentores de gratificação de tempo integral cumprirão a jornada integral, inclusive às sextas-feiras.

Art. 3º Ficam revogadas as autorizações para teletrabalho facultativo de membros, servidores e estagiários, bem como o deferimento de novas solicitações. Art. 4º Ficam revogadas as autorizações pretéritas de teletrabalho obrigatório, havendo necessidade de nova solicitação para enquadramento nas circunstâncias previstas no texto do PRTP (versão maio/2021).

Art. 5º Ficam revogadas as autorizações para teletrabalho obrigatório de membros, servidores e estagiários integrantes do grupo de risco por contágio da COVID-19 que já tenham sido vacinados ou cuja faixa etária já tenha sido contemplada pelo programa oficial de vacinação, observando-se as seguintes condições:

I – os membros, servidores e estagiários que forem contemplados com a vacina adsorvida covid-19 (inativada) – CORONAVAC/BUTANTAN deverão retornar ao trabalho presencial no primeiro dia após o transcurso do prazo de 14 (quatorze) dias da administração da 2ª (segunda) dose;

II – os membros, servidores e estagiários que forem contemplados com a vacina covid-19 (recombinante) - OXFORD/ASTRAZENECA/FIOCRUZ/PFIZER deverão retornar ao trabalho presencial no primeiro dia após o transcurso do prazo de 28 (vinte e oito) dias da administração da 1ª (primeira) dose;

III – caso a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) autorize temporariamente o uso emergencial de outras vacinas em desenvolvimento para enfrentamento à Covid-19, a data para retorno ao trabalho presencial do grupo de risco será estabelecida a partir do prazo médio para possível resposta imune, a ser indicado pelos desenvolvedores.

1º As pessoas que não puderem se vacinar contra a COVID-19 deverão apresentar Atestado Médico de contra-indicação explícita da aplicação das vacinas conforme Plano Nacional de Imunização do Ministério da Saúde ou indicação médica específica devidamente justificada.

2º A comprovação por atestado médico de impossibilidade deverá ser encaminhada via GEDOC.

3º As pessoas que compõem o grupo de risco por contágio da COVID-19 que comprovarem a contra-indicação da aplicação das vacinas e aquelas cuja faixa etária ou comorbidade ainda não tiver sido contemplada com vacinação permanecerão em trabalho remoto obrigatório.

4º Os integrantes do grupo de risco por contágio da COVID-19 que voluntariamente optarem por não se submeter à vacinação contra o coronavírus por qualquer motivo deverão retornar ao trabalho presencial quando seu grupo for contemplado no calendário oficial de vacinação.

Art. 6º As escalas de atividades presenciais, distribuição de tarefas e atendimento das demandas institucionais deverão ser elaboradas pelas respectivas coordenadorias dos órgãos de execução e chefias das unidades administrativas.

Parágrafo único. As escalas, inclusive suas alterações, contendo a informação do telefone da unidade ou telefone funcional, e o e-mail institucional de servidores escalados, deverão ser encaminhadas à Subprocuradoria-Geral de Justiça, área Técnico-Administrativa.

Art. 7º Deixam de ter eficácia as disposições do PRTP (versão maio/2021) que sejam incompatíveis com as questões disciplinadas nesta PORTARIA.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 9º Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 14 de maio de 2021.

CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 656844

PORTARIA N.º 1105/2021-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Procurador de Justiça MÁRIO NONATO FALANGOLA para exercer a Função Gratificada de Assessor do Procurador-Geral de Justiça, a contar de 12/4/2021, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA.

Belém, 14 de Maio de 2021.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N.º 1108/2021-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais; CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob o n.º 5076/2021, em 15/4/2021;

CONSIDERANDO os termos da PORTARIA n.º 1474/2011-MP/PGJ, de 5/4/2011, publicada no D.O.E. de 8/4/2011, que regulamentou, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, a concessão da Gratificação de Tempo Integral aos servidores da Instituição,